

EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS/anacampos.df@dabr.com.br

HELENA MADER/helenamader.df@dabr.com.br

A política da vigilância e da limpeza

Pelo menos 10 candidatos a deputado distrital são sócios ou diretores de empresas de segurança ou de limpeza que prestam serviço ao governo. Dois deles já têm mandato e vão tentar a reeleição: Cristiano Araújo (PTB), do grupo Fiança, e Robério Negreiros (PMDB), da Brasfort. Essas firmas sempre faturaram alto em contratos com o Poder Público. Só no ano passado, o GDF repassou R\$ 687 milhões a empresas dos dois setores. Nos primeiros sete meses de 2014, esse valor já alcançou R\$ 430 milhões.



Frente multipartidária

Além dos parlamentares, aparecem na lista de candidatos Rodrigo Pavoni (PPL), do Grupo Santa Helena Vigilância; Leo Queiroz (PHS), da Multiserv Segurança e Vigilância Patrimonial; Antônio Cruz (PTB), da AC Segurança; Diogo Snake (PPS), da Snake Segurança; e Vânia Gurgel (Pros), diretora da Servegel. Também participará da corrida eleitoral o presidente do sindicato que representa as empresas, Irenaldo Pereira Lima, conhecido como Índio Segurança (PMDB), da Soberana Segurança e Vigilância. Rafael Prudente (PMDB), da 5 Estrelas Sistemas de Segurança, e Eduardo Pedrosa (PPS), sobrinho da deputada Eliana Pedrosa, cuja família é dona de empresas dos dois setores, como a Esparta e a Dinâmica.

Cuidado com a cidade

Ex-administrador de Brasília, Messias de Souza (PCdoB), candidato a deputado federal, pediu a sua equipe que não distribua panfletos nem instale cavaletes com propaganda de sua campanha. Ele acha que ficaria chato sujar a cidade depois do trabalho que realizou contra propaganda irregular no Plano Piloto.

#vaitrabalhardeputado

Depois de um mês de paralisação por conta da Copa do Mundo e de um mês de férias, os deputados distritais voltam ao trabalho na próxima terça-feira. Ou melhor, deveriam retornar. O fim do recesso coincide com a fase de intensificação da campanha eleitoral e todos estarão mais focados em pedir votos do que em legislar em prol dos brasileiros. Mas os eleitores estarão de olho nos gazeteiros...

Presentes tombados

O presidente da Câmara Legislativa, Wasny de Roure (PT), determinou o tombamento de presentes recebidos durante visitas protocolares ou durante viagens de representantes da Casa em missões oficiais. Na lista estão peças de países como China, Sudão e Estados Unidos, que serão cadastradas e monitoradas. Outros objetos importantes sob a tutela da Câmara também serão tombados, como exemplares das primeiras constituições federais.

Olhar feminino

Enquanto os maridos se digladiavam no debate, Ilza Queiroz, mulher de Agnelo, e Flávia Arruda, esposa de Arruda, acompanhavam discretas da plateia. Ilza só se inquietou quando Luiz Pitiman criticou as carretas da mulher, projeto que é uma das vitrines na área de saúde. Descarregou a indignação com as críticas ao presidente regional do PT, Roberto Policarpo, sentado ao seu lado. Já Flávia fez a primeira aparição pública depois do nascimento da filha Maria Clara, 10 dias antes. Chamou a atenção de todos pela boa forma no pós-parto e disse que pretende voltar ao trabalho na televisão em novembro.

Oswaldo Reis/Esp. CB/D.A Press - 22/11/10



O senhor das armas

O desembargador Gilberto de Oliveira fez uma ode ao armamento como forma de proteger o cidadão, numa decisão em que absolveu o presidente do DEM, Alberto Fraga, do crime de portar balas em casa sem registro. Foi vencido por dois colegas, mas o acórdão pode ser usado por todos que defendem o uso de armas de fogo sem qualquer restrição ou controle. "O bandido sabe que o cidadão de bem não está armado. E a polícia, na sua santa incompetência, recomenda: se for assaltado, não reaja", disse. Para ele, autorizar a venda e o uso de arma de fogo a todo brasileiro não é habilitá-lo para matar. É habilitá-lo para dispor de um instrumento de defesa", acrescentou. O desembargador disse que braço em inglês significa ARM, uma indicação de que se pode matar a pancadas.

Novos padrinhos

Filho do ex-presidente da Câmara Legislativa Leonardo Prudente, Rafael Prudente (PMDB) faz questão de deixar claro: nesta eleição, apoia a reeleição do governador Agnelo Queiroz (PT) e do vice Tadeu Filippelli (PMDB), e não a candidatura de José Roberto Arruda (PR). O jovem é o sucessor do pai, que ficou inelegível pelo envolvimento nas denúncias da Operação Caixa de Pandora.



MANDOU BEM

Com temperaturas baixas, brasileiros têm se mobilizado para ampliar a arrecadação de casacos e cobertores para ajudar quem precisa. Uma das iniciativas inclui espalhar pela cidade casacos pendurados em cabides.



MANDOU MAL

O Distrito Federal lidera lista de ex-gestores públicos com contas avaliadas como irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Um balanço feito pelo órgão mostra 724 nomes de ex-administradores do DF envolvidos em 921 processos abertos.



Francinildo Palácio de Moraes/Reprodução

Briga de militantes

A presença da polícia será maciça em todos os debates eleitorais nesta campanha. O primeiro encontro, realizado na quarta-feira, tinha muitos militantes e cabos eleitorais do PT e poucos representantes dos rivais. Ainda assim, houve confusão. Um homem que hasteava uma bandeira do PT acertou o objeto na cabeça de outro militante, que não usava adereços de nenhum partido. Pelo visto, o clima tenso entre os candidatos já contaminou a militância.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

Advogados do ex-governador José Roberto Arruda fizeram um levantamento que aumentou o otimismo da equipe de campanha do candidato do PR. De 366 impugnações apresentadas à Justiça Eleitoral por fato posterior ao pedido de registro, todas foram favoráveis aos concorrentes. Segundo os representantes de Arruda, esses processos foram julgados depois de 2010, já com a Lei da Ficha Limpa em vigor. Ao todo, 82 foram julgadas pelo TSE. O Tribunal Regional Eleitoral deve decidir esta semana o destino da candidatura do ex-governador.



Bruno Peres/CB/D.A Press



Antonio Cunha/CB/D.A Press



"Sou do tempo que eleição se ganhava no voto, sem regras, sem leizinha feita para pegar esse ou aquele. Cumpro as regras do meu país, quero disputar a eleição legitimamente. Estou botando a minha cara a tapa e explicando as coisas que aconteceram"

José Roberto Arruda, candidato do PR ao governo

"Eu acho que só deveria participar do processo eleitoral quem não estivesse incurso na Lei da Ficha Limpa. Arruda não deveria concorrer enquanto não esgotasse todo o processo contra ele. Ele não deveria estar nessa mesa porque não atende a critérios para ser candidato"

Toninho do PSol



À QUEIMA-ROUPA

MARCOS LEÔNIO,
presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal



Jirfan Barzani/Diálogo

Que projetos em trâmite no Congresso a Polícia Federal trata como prioridade?

Nessa legislatura, tivemos importantes avanços quanto ao combate da criminalidade transnacional. Tivemos a aprovação da nova lei de organizações criminosas, da lei de lavagem de dinheiro, temos uma série de projetos relacionados ao combate ao tráfico de pessoas que ainda tramitam, que são instrumentos fundamentais para a Polícia Federal. Temos um projeto importante que é o que prevê o fim das custódias nas delegacias. A própria associação apresentou com o auxílio da deputada Rose de Freitas. Hoje, um terço das forças das polícias está desviada de função para cuidar da escolta e da custódia de presos. As pessoas confundem delegacia com cadeia.



Ter representantes da Polícia Federal no Congresso ajuda?

É importante ter parlamentares ligados ao tema da segurança pública, não necessariamente delegados. Justiça seja feita, todos os projetos aprovados receberam apoio muito além de bancadas de policiais. Esses parlamentares entenderam a importância do enfrentamento ao crime organizado e à criminalidade transnacional.



Toda vez que se fala de aumentar o poder da polícia, o MP reage. O que acha disso?

Existe uma questão corporativa, que é o receio de fortalecer a figura do delegado da polícia. De fato, existe uma visão distinta, o MP entende que a polícia trabalha para o Ministério Público. E os delegados entendem que o MP trabalha com a polícia. Nesses projetos que fortalecem a figura do delegado e um maior empoderamento da polícia, o MP tem se mostrado contra, mais por receio de dar poder à polícia do que por preocupação com a questão do compromisso social. Compete ao MP o controle externo da atividade policial e cabe a ele lutar para que a delegacia seja um local de atendimento ao cidadão, e não um local de depósito de presos.



O debate em torno da PEC 37 acirrou os ânimos?

Sim, a situação se agravou. Entendemos que o melhor sistema é aquele em que a polícia não se subordina ao Ministério Público, porque isso cria um desequilíbrio, com toda a estrutura do Estado contra o cidadão. Não tem que haver disputa predatória, paralela. É preciso trabalhar em conjunto, respeitando a autonomia de cada um.



Nessa época de eleição, o trabalho da PF é intensificado no combate à corrupção?

Nosso foco é no financiamento ilegal de campanhas, esquemas de caixa dois, de doleiros, ou para lavagem de dinheiro. Esse é o foco que tem chamado a atenção para que tenhamos eleições limpas, sem dinheiro oriundo de fontes ilícitas. A Operação Lava-jato é um exemplo disso, que certamente ajudou a um financiamento mais limpo nesta eleição.



As operações recentes podem contribuir para que esta seja uma eleição mais limpa?

Não temos a ilusão de que vai ser uma eleição limpa. Com a previsão de 380% de aumento de gastos, as eleições serão muito caras. É claro que não vamos ter garantia de que não haja caixa dois e fontes ilícitas. Mas temos percebido que, pela repercussão dos casos, as empresas estão receosas em fazer doações ilícitas. A discussão no STF sobre a possibilidade de pessoa jurídica doar ou não é uma contribuição importante, a PF ajudou nesse deitando luzes sobre temas como caixa dois e lavagem.

TUITADAS

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb e @helenamader_cb